

A Europa, a África e os Direitos Humanos: Breves Reflexões

Fernando Pacheco¹

Abstract

Despite the universal value of human rights, the western focus on democratising structures of governance and promoting human rights reflects its own experience, preferences, culture and interests. These values are proposed and accepted by the African elite, but generally are not yet been meaningfully integrated and adopted by African societies. This is due to several factors, namely the inheritance of autocratic and centralised colonial structures. Furthermore, the influence of state institutions (as parliaments) at local level is still very limited, being Angola a good example. More than promoting civic and political rights, it is essential to work for improving social justice, economic rights and processes of state reform.

In this context, the international commitment with poverty alleviation and the establishment of human rights and governance conditionalities to aid allocations are clearly contradictory with some practices that have a strong negative impact on African economies, such as the EU agricultural subsidies, creating suspicions about donors' real intentions. On the other hand, it is also an African responsibility to be able to propose new paths of cooperation and to redirect aid to fundamental aspects of development such as education, knowledge and institutional capacity building.

Não sendo um especialista em direitos humanos ou em relações internacionais, as minhas reflexões sobre as questões dos Direitos Humanos estão ligadas ao meu envolvimento com a ADRA- Acção Para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, uma ONG angolana que trabalha com comunidades pobres e que são vítimas de processos vários de exclusão, considerando que a cidadania e os direitos humanos tanto na perspectiva cívica e política, como na dos direitos económicos, sociais e culturais, constituem a questão central.

É nessa perspectiva que se afigura a relevância da ligação do trabalho que se desenvolve no terreno com as tentativas de influência das políticas públicas do país e, de forma mais ambiciosa, do estabelecimento de relações internacionais mais justas. Porque não concordo com as generalizações que são por vezes feitas em relação a África, um continente demasiado grande e complexo para ser tratado como se fosse um todo homogéneo, a minha intervenção deve ser vista no contexto da minha experiência em Angola, só fazendo recurso a alusões a outros países daquela África que melhor conheço,

¹ Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Luanda

que é a que se expressa também em português e que faz parte da SADC, quando tal se justifique.

Embora possa parecer demasiado simplista e redutor, tenho de referir que em Angola ainda continuam a ser vistos os direitos humanos e a democracia sob duas abordagens. Uma que considera que o “modelo ocidental” através de um processo de globalização incontornável. São os EUA e a Europa a imporem as suas agendas, os seus ritmos, os seus costumes, os seus valores, os seus modelos de Estado e de democracia. No outro extremo, situam-se aqueles que de forma mais ou menos aberta questionam a própria democracia e os direitos humanos em si, enquanto ideias e sistemas importados inaplicáveis a África por não estar preparada para tal democracia. Essas posições são por vezes alimentadas por homens de ciência que ainda alimentam teorias que muito se assemelham à do “bom selvagem”. “É melhor deixar as coisas como estão” porque normalmente quem trabalha direitos humanos são ONG’s – normalmente encaradas como estando ligadas à ajuda humanitária – e cuja credibilidade é posta em causa de forma irresponsável e infundada.

Não faz sentido por em causa o carácter universal dos direitos humanos em termos globais, pois isso seria mais perigoso do que benéfico, mas é importante – tal como acontece com a democracia – estudar as formas como eles nos são propostos ou impostos. No fundo, as propostas são talhadas à medida da cultura e dos interesses ocidentais do ponto de vista político, económico e social. Mesmo que hoje existam líderes que os aceitem e adotem em documentos oficiais, essa aceitação é feita fundamentalmente através de negociações entre elites que não têm respaldo na vontade e no consentimento populares. Contudo democracia e direitos são das poucas referências que restam depois dos colapsos da revolução social. Ultimamente tem havido alguns progressos na medida em que alguns parlamentos já se pronunciam nesse sentido. Mas os parlamentos não são o suficiente para dar respaldo a esse tipo de posições que não têm em conta como isso colide com as práticas da vida das populações locais e que acabam por se traduzir na imposição e prevalência de uma ordem de direitos sociais sobre outras ordens. Constituem-se assim como instrumento de um só sistema ou de um só modelo ou de uma só verdade como recentemente escreveu um conceituado antropólogo angolano². Acontece que a forma como se encara a governação e se organizaram os estados, aliada aos processos de exclusão no domínio social, económico, institucional territorial e mesmo de referências simbólicas e ainda a informalização da economia e das formas organizativas e associativas conformam do ponto de vista ideológico a convivência entre o individualismo, por um lado, e o respeito pelos valores colectivos, pela solidariedade, pelas normas de parentesco e pelas crenças mágico-religiosas, por outro. Isso traduz-se em ambiguidades e incoerências legais e desagua no relacionamento entre as instituições feito à margem das leis e dos regulamentos, e fazendo com que os modos de governação não tenham correspondência na prática com o quotidiano. Tudo isso acaba por ter efeitos desastrosos no campo dos direitos de um modo geral.

Por outro lado, é importante questionarmos que referências de Estados de direito, de democracia e de direitos humanos tinham as nossas lideranças quando atingiram as

² Ver Ruy Duarte de Carvalho, Acta da Maianga, Editora Caxinde, 2003

independências. No caso concreto de Angola, extensível a quase toda a África Austral, não eram nenhuma dessas referências. O Estado que nós construímos foi o prolongamento do Estado colonial ainda que mais tarde se tenha travestido com roupagens democráticas. Na essência, ele não diz nada, ou quase nada, ao cidadão comum que está muito longe dele, quer do ponto de vista estrutural ou social, quer do ponto de vista físico ou geográfico. Estudos recentes em Moçambique³ demonstram que o Estado faz sentir a sua acção junto de menos de 5% da população e isto, ainda que com pequenas variações, é aplicável à maioria dos países africanos. Em Angola, só para dar mais um exemplo, apenas existem 13 tribunais municipais nos 168 municípios do país. Como é evidente isto tem repercussões terríveis ao nível dos direitos e reflecte um sinal muito interessante: os próprios agentes da autoridade não conhecem nem os direitos nem as leis, mas isso também acontece com os partidos da oposição e com a própria sociedade civil.

Mas a situação descrita não pode ser apenas da responsabilidade dos africanos. Não é demais enfatizar a responsabilidade da Europa e dos países ricos de modo geral no estabelecimento das relações internacionais injustas que tanto têm provocado a ira de quem é pobre. Aqui, gostava de enfatizar mais uma vez a questão dos subsídios que os países ricos concedem aos seus agricultores pois parece-me uma grande hipocrisia que a União Europeia procura impor os direitos humanos como condição para a ajuda e façam apelo à importância do comércio no combate à pobreza esquecendo-se que, com as suas práticas, fazem com que a esmagadora maioria das populações camponesas fiquem afastadas da possibilidade de sobreviverem e de se incorporarem nos mercados internacionais. Conceder subsídio no valor de dois dólares por dia a uma vaca quando o rendimento per capita da esmagadora maioria dos cidadãos de Angola – e da África em geral – usufruem de um rendimento de cerca de um dólar diário – é simplesmente imoral.

Apesar deste panorama pouco brilhante, é necessário reconhecer que tem havido progressos. Apesar dos défices de democracia e de respeito pelos direitos humanos em Angola, é justo reconhecer que, ao longo dos meus 54 anos de vida, não conheci melhor situação global em Angola nessa matéria do que aquela que se vive actualmente. Estou a me referir à pena de morte, aos direitos da mulher, à liberdade de expressão que, ainda que condicionada e restrita quase que apenas a Luanda e a algumas cidades, está a permitir um aprofundamento do conhecimento dos direitos dos cidadãos. Mesmo ao nível dos tribunais são vários os exemplos que encontramos de disputas entre cidadãos e organismos oficiais que são ganhos pelos primeiros, o que há cinco ou dez anos era absolutamente impensável. Esta transformação resulta dos processos de luta política e social que ganhou maior expressão em determinados períodos de história recente e principalmente nos últimos dez anos. Mas é justo salientar a acção concreta das Nações Unidas em Angola e de algumas organizações não governamentais, angolanas e estrangeiras, que, por vezes, é ignorada devido à análise estereotipada de certos observadores da cena política angolana de forma lamentável.

Gostaria, para terminar com algumas reflexões finais:

³ Ver Boaventura de Sousa Santos

- i) Mais do que falar dos Direitos Humanos no sentido cívico e político, é fundamental que a luta seja feita, em primeiro lugar, no campo da justiça social pois esse é o problema mais premente para a maioria da população. Isto leva à necessidade de um equilíbrio entre os direitos cívicos e políticos e os direitos económicos, sociais e culturais;
- ii) É fundamental que os nossos países trabalhem na elaboração de reformas do Estado, no sentido de torná-los mais fortes, mais úteis e mais próximos dos cidadãos. Não estou a defender a africanização do Estado mas sim a necessidade de ele se descentralizar e permitir novas formas de representação e de controle por parte dos cidadãos. Este aspecto permite maior influência destes na elaboração de novas e mais ousadas reformas;
- iii) Acho que a melhoria do diálogo interafricano e entre África e Europa num clima de maior equidade faria todo o sentido para se conseguirem entendimentos qualitativamente mais avançados. Contudo, não gostaria de deixar aqui expressa a minha posição em relação ao NEPAD, pois não sou tão optimista como outros oradores que me antecederam. As minhas reservas justificam-se pelo tipo de abordagem adoptada e pela minha convicção, comprovada por longos anos de experiência de trabalho com projectos de desenvolvimento, de que as soluções “top-down” estão, em princípio, condenadas ao fracasso porque não são apropriadas pelos “destinatários”. Em Angola, por exemplo, o NEPAD é quase desconhecido, e as autoridades governamentais quase nunca se referem a ele. Por outro lado, o NEPAD é um projecto que ainda está alicerçado na reacção às posições dos países poderosos – e por isso nas ajudas esperadas deles – e não no apelo e mobilização dos recursos, potencialidades e vontades endógenas. Enquanto a ciência política africana for tão pobre, dificilmente teremos ideias e propostas de modelos inovadores, capazes de mobilizar as populações e proporcionar soluções mais duráveis. Relativamente ao diálogo, no que estou plenamente de acordo com o que Apenas acreditarei no NEPAD se ele vier a corrigir alguns erros na sua concepção, principalmente se houver complementaridade da sua acção com aquilo que poderíamos chamar de um fórum africano dos povos;
- iv) No domínio da ajuda, acho que nós, os africanos, temos de encontrar as formas mais adequadas para exigirmos, de forma credível, que a comunidade internacional assuma as suas responsabilidades, principalmente em termos de revisão das regras que pautem pelas relações económicas entre países ricos e pobres. Mas temos também de saber direccionar possíveis ajudas para domínios fundamentais que tenham a ver com a educação, o conhecimento, a pesquisa, os meios de comunicação social e as instituições. Desse modo, podemos encontrar novos caminhos.
- v) Finalmente, porque a questão sobre Robert Mugabe foi amplamente aflorada, gostaria de deixar aqui uma interrogação para reflexão: porque

Mugabe é tão criticado a nível dos governos e “opinion makers” na Europa e quase idolatrado pelos jovens africanos?